

Mais ricos levam vantagem

Brasília — Por ter sido feito às pressas, e até por falta de soluções práticas, o novo pacote econômico tem algumas distorções. No caso do empréstimo compulsório sobre a compra de álcool e gasolina, por exemplo, os consumidores mais prejudicados serão aqueles que moram longe do trabalho e que têm apenas um carro para atender a uma família de cinco. Levará vantagem quem mora perto e quem tem, por exemplo, um carro para cada membro de sua família.

Pelo sistema criado pelo governo, a cada ano serão somados, de um lado, os litros de álcool e gasolina consumidos, e, de outro, o número de carros. Os litros consumidos serão divididos pelo número de carros, para que se possa tirar uma média do tipo: cada Fusca gastou, em um ano, dez litros de gasolina.

Se um pai de família tem um Fusca para ir ao trabalho, fazer compras de supermercado com a mulher e buscar os filhos no colégio, consumirá mais do que a média estipulada pelo governo, e receberá menos do que gastou com combustível. Mas o pai de família mais rico, que tem um Fusca para ir ao trabalho, e cuja mulher tem outro Fusca para ir ao supermercado, ficará na média estipulada. Mesmo que seus dois Fuscas gastem mais do que o único carro do pai de família mais pobre, cada qual estará dentro da média estipulada pelo governo.

Algumas dúvidas ainda não foram aplicadas pelos teóricos do pacote econômico: o que acontecerá por exemplo com as locadoras? Se um representante e uma empresa viaja do Rio para Salvador, onde ficará 15 dias, usando um carro alugado e enchendo o seu tanque de gasolina, como fará para provar ao governo que pagou empréstimo compulsório para fazer funcionar um veículo que não é seu.

Apesar de alguns brasileiros — o pai de família com um só carro, a pessoa que mora longe do trabalho, e o caixeteiro ajante — serem os mais prejudicados pelo pacote, o governo dificilmente adotará medidas para compensá-los. Seria complicado demais e, segundo os técnicos, essas perdas não serão tão significativas.

Os técnicos tampouco aconselham os donos de carros pedirem notas fiscais a compra de gasolina ou álcool nos postos. Ninguém teria paciência para esperar um empregado de posto a preencher uma nota, com os números dos documentos do consumidor, a marca, a placa, do carro, a data da compra e o valor. E, apesar de os técnicos dizerem que, quem se acha prejudicado pode reclamar, nenhuma estrutura burocrática foi montada para atender às reclamações.